

Nordeste — O Maior Desafio à Nação

COSME FERREIRA FILHO

Tive, por duas vezes, oportunidade de encontrar agasalho, na imprensa de Manaus e na de Fortaleza, para divulgação de considerações que me permiti formular sôbre o debatido problema das sêcas do Nordeste com o seu repetido e jamais neutralizado cortejo de sofrimentos e malefícios. Problema que se faz acompanhar de sensíveis repercussões na economia do país, representando, do mesmo passo, indiscutível ultraje à sua imagem de nação a caminho de ponderável nível de civilização.

“Nordeste. Erro de Perspectiva” e “Do Imperador Pedro II ao Presidente Médici” foram os títulos que atribuí a essas incursões publicitárias com vista a contribuir para uma tomada de posição, em dimensões nacionais, capaz de eliminar, a médio, ou mesmo, longo prazo, os tremendos efeitos daquele, até hoje, irreversível fenômeno climatológico em sua inexorável ciclometria.

Divulgado quando ocorriam os dramáticos episódios que marcam — e ainda vêm assinalando — a grande estiagem dos anos de 1969/70, cuja presença tende a projetar-se por boa parte de 1971, quase nada poderiam significar, em termos de contribuição ideológica, dada a extensão do cataclismo e a pluralidade dos esforços que estavam sendo realizados em todos os níveis, visando a amenizar os seus efeitos e consequências nos planos social e econômico. Todavia, o conhecimento da inocuidade de minha atitude não me desvia do compromisso de insistir nos meus propósitos, que se aleitam em profundos sentimentos de dever, como cidadão e, sobretudo, como pessoa humana, sensível ao sofrimento sem culpa de meus desafortunados compatriotas.

Ninguém ignora que, há cêrca de cem anos, a Nação, como um todo, tomou conhecimento da gravidade e da importância do problema das estiagens que ocorriam nos territórios hoje integrantes do chamado Polígono das Sêcas, deixando de aceitá-las como simples fatalidade telúrica, a cujos efeitos destrutivos as populações procuravam fugir, através do êxodo parcial para outras zonas do país, mais acolhedoras, a elas levando ponderável força de trabalho e compensando-se, ao mesmo tempo, por se libertarem de um flagelo inevitável.

As fugas para o Sul e, posteriormente, os caminhos para o Norte, quando a Amazônia, polarizando as atenções do mundo, em função da riqueza gerada pela exploração dos seringais, representava poderoso atrativo de natureza econômica, marcaram os episódios mais expressivos, provocados pelo repetido drama das secas.

A partir dos idos de 1877, o país, por seus escalões governamentais, em nível estadual e nacional, foi compelido a pensar numa tomada de posição ou direção político-administrativa, com a finalidade de dominar um problema que, por suas diversificadas e fortes implicações, comprometia e, ainda hoje, compromete e ameaça a unidade sócio-econômica brasileira, por força de uma fissura ou fôssco existente no coração de seu território. Fissura que, com provocar o seccionamento geo-econômico do Brasil em três faixas distintas, ou três imagens diferentes, configuradas no Sul desenvolvido, no Nordeste periodicamente castigada pelas secas com seu cortejo de miséria e sofrimento, e pela Amazônia, simples e vasto espaço geográfico, carecedor de atratividades para enriquecimento de seu conteúdo humano, vem impedindo o avanço, em termos de continuidade geográfica, do nosso processo de desenvolvimento. Processo que, tendo suas principais fontes de sustentação no Brasil meridional, deveria avançar, segura e confiantemente, nos rumos longínquos da bacia amazônica, onde condições menos confortáveis somente permitiram penetrações esporádicas no chamado período áureo da borracha ou como decorrência de conclamação, sob a forma de recrutamento consentido, consoante ocorreu quando se iniciou a inesquecível "batalha da borracha", deflagrada com a finalidade de assegurar o fornecimento dessa matéria-prima às nações aliadas, no decurso da segunda guerra mundial.

Muitos e diversificados foram os caminhos trilhados pelos organismos governamentais, em sucessivas experiências, algumas levando a resultados limitadamente razoáveis, a exemplo dos oásis em que se constituem os açudes, no climax das grandes estiagens, outras prejudicadas e comprometidas por injunções de ordem política ou decorrentes do estágio cultural, ainda predominante na maior extensão do Polígono.

Não cabe, na limitação deste ensaio com vista a uma nova angulação do problema das secas no Nordeste brasileiro, analisar o conteúdo, o mérito e os resultados das diferentes providências, a médio, a longo prazo, ou simplesmente de emergência, adotadas pelos poderes públicos, no desmarginado espaço de tempo que se interpõe entre a calamidade, sem equivalente, ocorrida nos últimos anos da década de 1870, e a seca dos anos presentes, de 1969 a 1971. Albert O. Hirschman, vinculado ao Centro de Estudos Po-

líticos e Sócio-Econômicos, mantido pelo TWENTIETH Century Fund, de New York, oferece uma exata cronologia desse fenômeno climático, bem como das referidas providências oficiais, de sua forma de execução e de seus efeitos no angustiado panorama nordestino. Cobrindo até o ano de 1959, encerra-se esse cronograma com o registro da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

Verifica-se que, nada obstante o acervo de providências, não apenas emergenciais, porque, freqüentemente, visando a objetivos de maior profundidade, não se tornou possível neutralizar a ação devastadora das secas nordestinas, irregulares, tanto em sua periodicidade, quanto na intensidade em como se manifestam.

No diversificado conjunto de tais providências encarta-se, como uma das mais recentes, a transferência das populações das zonas castigadas com maior violência pelo terrível fenômeno climático, para os territórios úmidos do setentrião brasileiro, justificando o projeto e a construção, já iniciada, da extensa rodovia Transamazônica.

Do meu ponto de vista, como observador isento de qualquer vinculação com as várias tendências predominantes, tendo por objetivo o equacionamento e a necessária solução de problema de tamanha magnitude, essa pretendida ou apenas imaginada transferência de populações não tem nenhum sentido ou cabimento, porquanto, não sendo a seca uma constante nas zonas habitualmente atingidas, outros grupos ou levas humanas viriam ocupar os lugares deixados vazios, como sói acontecer quando se deslocam favelados urbanos, cujos barracos, uma vez abandonados, precisam ser imediatamente destruídos, sob pena de subsequente reocupação.

Nem é lícito invocar a descabida assertiva da existência de excedentes populacionais, porquanto a densidade demográfica na região das secas não chega a ser um quinto da que se verifica na França, ou um décimo da que ocorre no Japão, ambas circunstâncias indicando, como solução única e lógica, a transformação das condições ecológicas ali vigentes, construindo, através da consorciação da ciência e do trabalho, apoiados em abundantes recursos financeiros, uma nova geografia, resistente a quaisquer adversidades climáticas.

Essas as razões por que, numa reação de angústia, provocada pela irreversibilidade consentida dos sofrimentos que vinham experimentando nossos irmãos do Nordeste, às voltas com os efeitos da tremenda seca de 1969/1970, que ainda se projeta sobre os dias correntes, tomei a iniciativa de analisar, na medida de minhas possibilidades, o grande e inexorável problema, através da primeira das citadas publicações, intitulada "NORDESTE — Erro de Perspectiva".

E, agora, em presença do que vem acontecendo, mais se fortalece minha convicção, àquela altura exposta, de que somente umedecendo, sem interrupção, os solos do Polígono das Secas se conseguirá a neutralização de seus efeitos, sempre que o fenômeno venha a ocorrer.

Na realidade, somente a execução de um programa de obras de grande ou, mesmo, de incomum envergadura, visando a essa finalidade, terá condições de alcançar os objetivos perseguidos e desejados. E semelhante empreendimento, acertadamente, batizado com a denominação de "Obras contra as secas" (DNOCS), foi definido e estruturado, no texto do decreto n.º 7.109, de 21 de outubro de 1909.

São amplamente conhecidas e o livro de Albert O. Hirschman a elas se reporta as causas de insucesso dessa empresa ciclópica, abrindo ensejo a novas especulações e experiências, que culminaram com a criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que não respondeu e não poderia responder às exigências do grande problema, cuja solução, de forma alguma, poderá ser obtida através da implantação de indústrias nos diversos centros populacionais da área, com o objetivo, inadequado para a situação, de absorver a mão-de-obra banida dos sertões áridos pela inclemência das secas.

Volto a invocar as considerações formuladas na minha citada publicação, de onde destaco o parágrafo a seguir: "Sempre concluí, sem qualquer esforço de inteligência, e mesmo sem mais profunda análise, que o fenômeno das secas é o grande e único responsável pelo desmoronamento, a prazos quase certos, da economia nordestina, gerando, com inimaginável dramaticidade, o sofrimento e a miséria, que provocam o êxodo ou fuga desordenada das populações, rumo ao sul do país, mais favorecido por suas condições climáticas e abundância de água. É, por conseguinte, partindo desse conhecimento, que procuro sustentar a tese, indamentável em razão dos próprios fatos, concretos e gritantes, segundo a qual a eliminação do histórico drama nordestino, que teve seu **climax** no ano de 1877, só poderá ocorrer através da umidificação de seus solos, sabidamente férteis, quando tocados pela divina benção das chuvas".

A partir dessa focalização do tema histórico das secas no meio-norte brasileiro, resta indagar por que o país, por suas administrações de todos os níveis e nuances políticas, não soube ou não quis responder àquele desafio que, por sucessivos decênios, lhe vem sendo frontalmente lançado e que, ao renovar-se, periodicamente; provoca o mesmo drama de sofrimento e de miséria, a exemplo do que está agora acontecendo.

Seria a falta de domínio tecnológico do problema, a escassez de recursos financeiros ou determinadas resistências culturais, não raro presentes em tais emergências? Afastem-se, por inaceitável, a menor dúvida quanto à capacidade da engenharia brasileira para enfrentar esse empreendimento, quaisquer que venham a ser suas dimensões ou implicações tecnológicas.

Nesse plano, ou seja no que se refere ao avanço do conhecimento científico, com vista a superar qualquer obstáculo erguido pela natureza, vale enfatizar as últimas realizações, tanto na superfície terrestre como no espaço sideral. O Japão procura dobrar sua área territorial, desmontando cordilheiras, cujas terras lançadas ao mar em profundidades de até 30 metros, lhe permitirão extraordinário crescimento econômico; projeta-se a construção de grandes lagos na América do Sul para facilitar a circulação interna e impor disciplina às águas hinterlandinas; veículo russo marcha e recolhe material na superfície lunar; elaboram-se planos para explorar o leito dos oceanos, dali retirando minérios e alimentos; breve o grande deserto de Sahára será cruzado por rodovias, para intercomunicação dos países que participam de seu território; colossais aeronaves percorrem os céus do mundo como ainda o fazem, pelos oceanos, os grandes transatlânticos; sem falar nos aperfeiçoamentos realizados pelas super-potências em aparelhos para destruição do homem, em massas e a distâncias sem limites.

Em fase de tão fabuloso progresso em todos os domínios do conhecimento humano, torna-se operação de relativa simplicidade, embora, porventura, onerosa e demorada; a tarefa de neutralizar os efeitos das secas do Nordeste, através dos recursos científicos, materiais e humanos, que deveriam ser mobilizados com essa finalidade.

Dispondo de considerável faixa de opções tecnológicas, que vão desde a perfuração de poços, construção de barragens, abertura de canais, provocação de chuvas artificiais, até o plano mais arrojado da transferência ou do desvio do curso dos rios, não há por que deixar de levar a efeito a grande operação redentora do Polígono das Secas.

Quando faltassem recursos para empreendimento de tamanha significação econômica e social, teria o país a ajuda dos fundos internacionais criados com essa finalidade ou cobraria o governo impostos ou taxas de vigência transitória, destinados a fornecer os recursos financeiros, que se fizessem necessários.

Nesse capítulo, vale lembrar que têm alcançado elevado número as frentes de trabalho instaladas, como recurso de emergência, para dar ocupação aos retirantes ou flagelados. As vultosas somas de dinheiro que são destinadas a essa operação teriam aplicação

específica, se destinadas a custear a execução das tarefas previstas no grande plano de recuperação do Nordeste árido, tornando-as de caráter permanente, o que implicaria a eliminação de dotações orçamentárias de maior vulto, com aquela finalidade.

A outra face do quadro que se faz indispensável descrever é a que resultaria da transformação miraculosa do Polígono árido em autêntico vergel, a exemplo de como os homens de Israel fizeram com os solos parcialmente arenosos ou desérticos de seu pequeno país.

Por outro lado, preenchida a ruptura ou fosso, que secciona, economicamente, o território pátrio, desenvolver-se-ia e seria acelerado o almejado processo de integração, em sua fase inicial, que considero prioritária sob todos os aspectos, e que é representada pela unificação dos Estados nordestinos ao Brasil, formando um todo compacto e homogêneo.

Considere-se o que representaria o surgimento de um novo e poderoso mercado, tanto considerado como vendedor para o Brasil Meridional como voltado para o exterior. Mercado que resultaria da elevação dos índices de produção e de consumo, abrangendo área correspondente, aproximadamente, a 1.000.000 de Km² com um conteúdo demográfico da ordem de 20.000.000 (vinte milhões) de habitantes.

O fôssco ou fissura a que me refiro não pode nem deve permanecer, sob pena de retardar o crescimento normal do país, em virtude da existência de uma espécie de úlcera, impedindo a plena e permanente utilização dos recursos naturais e humanos de uma extensa e larga faixa do território nacional, dos quais o Brasil tanto necessita para seu fortalecimento e satisfatória apresentação no cenário mundial.

Como eliminar esse fôssco eis o grande problema proposto ao povo brasileiro e à Nação, os quais não desconhecem sua importância nacional e, até mesmo, em termos universais, bem como a existência daqueles conhecimentos e métodos científicos, que podem habilitá-los e instrumentá-los, para a grande tarefa a enfrentar e executar. Tarefa que, sob pena de um perigoso hiato no desenvolvimento do país, deverá estar concluída antes do encerramento desta década de século, que agora iniciamos.

Admitindo-se que, a essa altura, tenha diminuído ou, talvez, desaparecido, em definitivo, a cruel "indústria das secas", resta-nos esperar o dia, o desejado e maravilhoso dia, em que vejamos desaparecer, também, a macabra literatura, praticada por uma geração de dráculas intelectuais, tendo como conteúdo, através de romances de ficção, a inclemência das secas e o inconcebível sofrimento das populações sertanejas, atingidas pela catástrofe.

Assim configurado o fenômeno cíclico das secas, suas implicações e efeitos, bem como apontadas as medidas que, segundo presumo, levariam à remoção desse grande obstáculo ao regular desenvolvimento do país, não vejo por que associá-lo ao problema de ocupação da Amazônia, por meio da transferência das populações tradicionalmente radicadas nas regiões críticas dos Estados que se encontram sob o signo daquela calamidade.

Uma política geodemográfica assim orientada não oferece resposta definitiva e válida ao primeiro dos problemas, com a agravante de estabelecer uma nova e tormentosa frente de preocupações para a Nação, qual a de ambientar e assegurar condições de auto-suficiência dos grupos humanos que viessem a ser deslocados, tarefa difícil em face das resistências naturais que a região a ocupar apresenta, tanto por suas dimensões como por força de fatores ecológicos e culturais, cuja ação perturbadora só pode ser afe-rida através de experiências de contacto direto e não por meio de literatura de superfície, inflada de ingênuo e enganoso ufanismo.

Dando ao presente estudo, o terceiro e, por decerto, o último que faço sobre o angustiante problema das secas do Nordeste, quero, ainda uma vez, enfatizar sua importância e a gravidade das respectivas implicações sobre a higidez da vida do país, em todos os planos. Para assim raciocinar, convém ter em vista que se trata de ocorrência afetando área geográfica correspondente quase ao dobro do território da França (551.603 Km²) e a cerca de metade da população desse país (50.000.000 de habitantes), com a agravante de uma perpetuidade ainda não contestada.

Precisamos nós, brasileiros de todos os quadrantes, desvendar o segredo dessa nova esfinge sem base mitológica, destruindo, para sempre, seu maléfico poder devorador.

NORDESTE — O MAIOR DESAFIO À NAÇÃO — CONTEÚDO

O presente depoimento sobre as secas do Nordeste coloca em destaque os seguintes fatos e aspectos relacionados com esse problema:

- a) o retardamento, por mais de um século, da eliminação desse grande obstáculo ao desenvolvimento normal do país;
- b) a certeza de que a única forma de eliminá-lo consiste na neutralização de seus efeitos, por meio de obras de engenharia, que levem à umidificação ininterrupta das áreas atingidas, permitindo seu aproveitamento em atividade agrícola e a permanência das populações que as ocupam historicamente;

- c) o fato de representar o fenômeno cíclico das grandes sêcas nordestinas verdadeira úlcera no coração do país, implicando a interrupção de seu processo de crescimento uniforme, no sentido sul-norte, até alcançar a bacia amazônica;
- d) a absoluta prioridade que cabe à solução desse problema, com o fim de superar aquele obstáculo, que representa um fôssco ou fissura no centro do país, e por seu aspecto humano, afetando o bem-estar, senão a própria sobrevivência, de cerca de 20 milhões de pessoas;
- e) a realidade da existência de meios e recursos técnicos com que enfrentar a tarefa em suas maiores dimensões;
- f) a dependência do progresso contínuo e regular do país da extinção daquele fôssco o que representaria a correção das disparidades existentes entre o Brasil meridional, em seguro desenvolvimento, e o Brasil do Polígono das Sêcas, empobrecido e sem esperanças;
- g) constatação de que o processo de industrialização, com vista ao aproveitamento da mão-de-obra banida do interior pelas sêcas, em nada modificou ou modificará o panorama regional, como ficou provado em face da recente e violenta estiada, que ainda perdura;
- h) o fato de que a neutralização dos efeitos desse fenômeno provocará a formação de um grande mercado, configurado no binômio produção-consumo ou exportação-importação, com implicações no plano político, por acelerar o crescimento da nação, e pela conseqüente elevação dos estágios de vida das populações do sertão nordestino.

Manaus — Janeiro — 1971.

COSME FERREIRA FILHO